



Anais da Assembléia

97

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 22 DE JULHO DE 1993.

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado DUÍLIO GENARI
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes**: - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** – 09: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL** – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN**: José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** – 07: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes**: Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB** – 08: Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes**: Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB** – 01: Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes**: Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT** – 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes**: Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL** – 02: Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes**: Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE** – 06: Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados**: Luiz Carlos Caio Quintana – Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral – Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior – Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto – Secretário da Justiça e da Cidadania

(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 3.^a SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 22 DE JULHO DE 1993**

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Carlos Simões e Luiz Carlos Alborghetti.

Às quatorze horas e trinta minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Aníbal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregoneze, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colação (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, Colombino Grassano, Ovídio Constantino, Plauto Miró Guimarães e Rossoni (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao Senhor 2º Secretário que proceda à leitura de Nota Oficial desta Presidência.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - (Lê):

"NOTA OFICIAL

O Estado do Paraná vive, em consequência do afastamento do Governador Roberto Requião, um momento político singular, que afeta a vida dos brasileiros que aqui residem.

A Assembléia Legislativa do Estado, preocupada com a situação político-institucional

pela ampla maioria de seus membros, entendeu interromper seu recesso e iniciou um período de convocação extraordinária com o objetivo precípuo de manter-se atenta ao desenvolvimento dos fatos jurídicos, ainda pendentes de decisão final dos Tribunais.

Neste período têm sido feitas diversas interpretações a respeito da questão sucessória, com especulações sobre possíveis postulações de parlamentares desta Casa.

Cabe ressaltar, a tal respeito, que a Assembléia Legislativa tem, na pessoa de seu Presidente e demais membros, absoluta consciência da seriedade de sua missão constitucional, não antecipando, em momento algum, questões que ainda estão por serem definidas.

Os Deputados paranaenses, juntamente com toda a sociedade, continuarão na luta pela defesa da democracia e do Estado Democrático de Direito, papel que o Paraná sempre soube cumprir durante toda a sua história.

Palácio XIX de Dezembro, em 22.07.93.

(a) ORLANDO PESSUTI
Presidente"

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO Nº 2291/93
Senhor Presidente.

Venho, através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 22.07, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

(a) ROSSONI

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2605

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 2.^a Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.07.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2599

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, vem

respeitosamente, comunicar a Vossa Excelência, que estará, na semana próxima, ausente dos trabalhos desta Assembléia, em razão de estar tratando de assuntos junto às Prefeituras Municipais de sua região.

Sala das Sessões, em 22.07.93.

(a) EURIDES MOURA

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

É inegável que a convocação da Assembléia Legislativa do Paraná teve por objetivo permitir a este Poder debater, inteirar-se, ficar atento à grave crise institucional que se abate sobre o nosso Estado.

O Regimento Interno não prevê a abertura de debates e discussões sobre essa questão nesse momento.

Todavia, lanço um apelo a Vossa Excelência: estamos numa situação no Estado do Paraná, que o único Poder legítimo, emanado pelo povo e que funciona num clima de normalidade, é o Poder Legislativo.

O Governador, eleito pelo voto direto dos paranaenses, está afastado do seu cargo.

O Poder Judiciário emanou a sua decisão, o mesmo Poder que nasceu de concursos públicos.

Porém, o único Poder que neste momento está revestido pela vontade popular, pela legitimidade da vontade popular, é o Parlamento deste Estado.

Portanto, quero fazer um apelo à Mesa que, em caráter excepcional e em considerando o momento político grave por que passa o Paraná, se abram os debates nesta Casa, para que os Parlamentares, as Lideranças, as forças políticas possam colocar de uma forma clara e inequívoca as suas posições e defender os seus pontos de vista, porque, pela nossa garganta fala o povo do Paraná. Somos os únicos, neste momento, que temos legitimidade popular para isto e a história não perdoará a omissão, a convivência e o silêncio, e que as posições sejam claramente colocadas e debatidas nesta Casa.

É a questão de ordem, Senhor Presidente, que requeremos que Vossa Excelência acate.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Ernani Pudell.

A Mesa mantém a sua decisão com base no Regimento Interno da Casa, que estabelece que: nas sessões extraordinárias somente haverá deliberações sobre as matérias de objeto dessa convocação. E vai mais além, esta Mesa está conduzindo as reuniões - primeiro, dentro daquilo que estabelece a Constituição e o Regimento Interno. E em segundo lugar, dentro dessa visão de excepcionalidade do momento que

estamos vivendo, em cima de um acordo de Lideranças firmado ainda na segunda-feira, de que em Plenário nós não teríamos Pequeno, Grande Expediente e Horário das Lideranças, como estabelece o Regimento e que deliberaríamos sobre as matérias constantes na Ordem do Dia. Ficou ajustado que teríamos trabalhos das Comissões na terça, quarta-feira e que hoje, quinta-feira, nós já poderíamos deliberar sobre matérias que estivessem em condições de serem apreciadas em Plenário, em função de pareceres técnicos oferecidos pelas Comissões.

Diante desta condição que nos oferece a Constituição do Estado, o Regimento Interno da Casa, principalmente neste momento, em cima de um acordo de Lideranças - que foi ainda há pouco reafirmado pelos Líderes, que estiveram de acordo conosco conversando - mantemos a decisão e vamos direto à Ordem do Dia.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Pelos menos as "Explicações Pessoais" serão mantidas?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Ernani Pudell, "Explicações Pessoais" é um espaço que tem direito o Deputado para que, se durante a sessão, na discussão e votação da Ordem do Dia, ou mesmo durante a sessão houver esse Deputado sentido-se ofendido, prejudicado nas questões abordadas, poderá ele utilizar-se de "Explicações Pessoais" para esclarecimentos.

Na nossa opinião, nesse momento não cabe "Explicações Pessoais" porque não tivemos nenhum pronunciamento nem nada que pudesse ser considerado como objeto e condições para que Vossa Excelência pudesse se inscrever em "Explicações Pessoais".

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, data vênha quero discordar de Vossa Excelência e sinto-me obrigado e, acredito que muitos Parlamentares aqui também estão, em se posicionarem diante da posição que o Paraná vive. É a nossa função legislativa opinar sobre todas as matérias de interesse do Estado.

O quadro que está aí é um quadro grave e delicado e a sociedade não aceita o silêncio. Política é essencialmente a arte de tomar posições, defendê-las e justificá-las. E quero, portanto, com base nessa situação, colocar a minha inscrição para "Explicações Pessoais" hoje. Espero que Vossa Excelência acate o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa mantém a sua decisão.

O SR. OSWALDO TREVISAN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, levanto a minha

"Questão de Ordem" com base no art. 104 do Regimento Interno. Solicito a Vossa Excelência que o Deputado, ao pedir a sua "Questão de Ordem", enquadre o seu pedido dentro de um artigo do Regimento, como claramente estabelece a norma interna deste Poder.

Permita-me Vossa Excelência, tenho observado que essa Presidência por vezes tem sido muito magnânimo na concessão de "Questões de Ordem". Mas peço a Vossa Excelência nesse momento, a minha "Questão de Ordem" é que ela seja enquadrada nos artigos do Regimento Interno e, em não indicando o Deputado o artigo em que se baseia a sua "Questão de Ordem", que ela seja indeferida por Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Procede a "Questão de Ordem" de Vossa Excelência, Deputado Trevisan, e a Mesa, em atenção ao mesmo artigo 104, § 1º, que diz: "Todas as 'Questões de Ordem' claramente formuladas serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembléia".

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero fazer uma referência a Vossa Excelência, pelo seu espírito altamente democrático e simpático, cujo Presidente recebeu praticamente quase 100% dos votos dos Parlamentares desta Casa, isto foi um sintoma de que a Casa viu em Vossa Excelência o verdadeiro democrata, um Deputado que tem feito jus aos votos recebidos - já, parece-me, que nessa terceira gestão como Deputado do Paraná.

Apelo a Vossa Excelência, porque acima do Regimento existe o bom senso e Vossa Excelência tem se caracterizado pelo bom senso e às vezes até atropelando o que está escrito no nosso Regimento Interno.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Fui convocado extraordinariamente para este regime extraordinário pelo Deputado Orlando Pessuti, vim da minha região - a 600 quilômetros - cheguei na segunda-feira e até hoje aqui permaneço, obedecendo a convocação extraordinária. Infelizmente, não pude fazer uso da palavra, Senhor Presidente, então não sei porque vim, porque fui convocado.

Sei que o Paraná passa por um grave momento político, jurídico e administrativo, mas o Paraná quer ouvir a voz de seus representantes, Senhor Presidente.

Sobre os ombros destes Parlamentares pesa uma grande responsabilidade, que é a posição política acima de tudo com relação ao grave problema político que estamos vivendo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Mário Bezerra, peço a Vossa Exce-

lência que coloque em definitivo a "Questão de Ordem", porque Vossa Excelência até então não procedeu a "Questão de Ordem". Quero saber em que estamos infringindo até esse instante.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Respeitosamente, Senhor Presidente, gostaria de pedir a Vossa Excelência, num atendimento ao Deputado Ernani Pudell, que abrisse a tribuna para que nós, Deputados, pudéssemos nos colocar a respeito da cassação do Governador Roberto Requião, porque parece-me que foi acertado que a partir de quinta-feira - que é hoje - os Deputados poderiam usar da Tribuna, e colocaríamos as nossas posições.

Eu só queria - para encerrar, Senhor Presidente - dizer que sou um Deputado de Oposição, e sempre tive um trabalho nesta Assembléia, de Oposição - mas não sistemática - séria, aprovamos 95% do que o Governo mandou para a Assembléia, questionamos 5% ou menos.

Então, Senhor Presidente, a minha Liderança - com todo respeito que tenho à Liderança do meu Partido - não é de oposição, e quando houve acerto com a Mesa da Assembléia para que os Deputados não utilizassem a tribuna, foi um acerto feito com o Deputado da Liderança, que está alinhado ao Governo, o Deputado Mário Bezerra não é alinhado ao Governo, embora sendo do mesmo Partido: PTB.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Mário Bezerra, as questões internas da Bancada de Vossa Excelência não compete à Presidência decidir.

Vossa Excelência poderá convocar uma reunião, se for esse o interesse de sua Bancada e substituir o Líder se, evidentemente, tiver um número de votos suficientes para isso.

O SR. ERONDY SILVEIRO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, não vou citar aqui o Regimento Interno, porque essa camisa de força que quer nos impor o nobre Deputado Oswaldo Trevisan, não cabe nesse momento.

Não está sendo transgredido o Regimento Interno, entretanto, quero confessar a Vossa Excelência que eu não havia consultado a Bancada, porque eles estavam ausentes da Capital.

Agora, ouvindo os Deputados do PTB, eles são contrários a que Vossa Excelência não permita a utilização da palavra durante esse período extraordinário. Então, quero dizer a Vossa Excelência que tenho que seguir a orientação dos liderados.

Portanto, retiro o apoio que dei a Vossa Excelência naquela oportunidade.

E quero dizer ao Deputado Mário Bezerra que em mim ninguém põe camisa de força

também. Tenho uma atuação parlamentar livre e independente. Se ele não está satisfeito com a minha liderança, ele que convoque a Bancada e me destitua da Liderança, mas não queira me impor regras de comportamento dentro desta Casa, porque ele não tem moral para isso. Não aceito que ele queira impor regras de comportamento a este Deputado. Minha atuação parlamentar neste Casa sempre foi distinta nos vinte e poucos anos que aqui estou e por ela respondendo. E por meus atos também.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Hoje, a grande questão jurídica que se coloca no Paraná, foi exatamente uma decisão...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Ernani, Vossa Excelência já falou nesse assunto e a Mesa já decidiu em caráter definitivo, não cabendo a Vossa Excelência retornar em "Questão de Ordem" sobre esse mesmo assunto.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, é importante que esta Casa registre, em meio a este início tumultuado de sessão, um fato por demais importante e que orgulha o Estado do Paraná.

Ocorre que o Conselho da Mulher Executiva do Paraná, com integrantes da sua Diretoria presentes hoje neste Plenário, fazendo entrega a cada um dos Senhores Parlamentares de uma Carta Aberta deste mesmo Conselho, que será levada na próxima segunda-feira ao Rio de Janeiro, quando da posse do Senhor Afif Domingos na Confederação Nacional do Comércio.

E esta Carta Aberta, eu gostaria Senhor Presidente, que me fosse permitido sua leitura, em consideração a essas senhoras que aqui estão e que têm lutado pelo Estado do Paraná e vão representá-lo no Rio de Janeiro.

Peço permissão para lê-la neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa ouviu a sua "Questão de Ordem" e, logo após a Ordem do Dia, nós a decidiremos com base no Regimento Interno desta Casa.

O SR. DUILIO GENARI (Pela Ordem) - Apenas para registrar a presença em Plenário, do Vereador Osvaldo Campanholo e do Vereador João Renharte, da Cidade de Ouro Verde.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, na reunião de segunda-feira, quando fizemos o acordo que dizia respeito ao cumprimento do Regimento Interno no que diz respeito ao Pequeno e Grande

Expedientes e Horário das Lideranças, naquela ocasião levantei a questão de que, pelo menos o Regimento Interno deixasse de ser cumprido no que diz respeito ao Horário das Lideranças e que fossem colocadas discussões neste horário. Fui vencido e acatei.

A questão de "Explicações Pessoais" não discutimos naquele dia. O Regimento Interno permite que qualquer um dos Senhores Deputados se inscrevam. Em vários momentos talvez eu tenha exagerado e dito que Vossa Excelência é autoritário, e se Vossa Excelência não cumprir o Regimento Interno agora, vai fazer com que outros Deputados pensem da mesma forma. E, até quando o Deputado Ernani Pudell ia fazer a "Questão de Ordem" - que não foi permitida - ele ia fazer um recurso que, se Vossa Excelência não permite, não casse a palavra dos nobres Deputados, mas que coloque pelo menos em votação em segunda instância, que é o que o Governador cassado está querendo: recorrer em segunda instância - que é um direito dele - aqui a segunda instância é a plenária.

Então, se Vossa Excelência não quiser fazer a leitura do Regimento Interno - que é permitido, que não houve acordo a respeito - no mínimo submeta a votação dessa plenária.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós, que estávamos viajando, tenho certeza que a grande maioria dos Deputados gostaria de que esse assunto relacionado a cassação do Governador Roberto Requião fosse debatido em plenário.

Só gostaria de perguntar, Senhor Presidente, se não caberia a apresentação de um Requerimento nesse sentido, e que fosse votado em plenário.

Nós, com certeza, quando voltarmos às nossas bases - agora no final de semana - a imprensa dessas regiões vai querer um posicionamento dos Senhores Deputados e até para que pudéssemos nos aprofundar sobre o motivo dessa cassação, acho que seria muito importante que fosse aberto esse debate.

Por isso, pergunto ao Senhor se é possível apresentarmos o Requerimento e colocarmos em votação.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, observamos e aplaudimos a preocupação de Vossa Excelência quando da convocação da Assembléia para o período extraordinário.

Observamos bem a sua convocação das Lideranças para uma reunião na Presidência desta Casa para discutirmos e decidirmos sobre a condução dos trabalhos durante esses dias em que há esse impasse entre Exe-

cutivo e Judiciário.

Na reunião de Lideranças, as conversas foram muito francas, abertas, claras e num clima de harmonia perfeita. Estranho que, após este acordo, onde nós chegamos a um bom senso e a um consenso, vejamos agora alguns colegas - pelos quais temos um profundo respeito - querendo colocar as suas posições, a sua opinião - que nós não somos contra - mas gostaríamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que pudéssemos pelo menos cumprir aquilo que foi resolvido na reunião com a Presidência desta Casa, ainda mais porque sabemos que os Parlamentares também têm uma responsabilidade muito grande na condução dos destinos do nosso Estado.

Somos a Bancada do Governo, poderíamos estar aqui perfeitamente usando a tribuna e fazendo as nossas colocações, mas entendemos, Senhor Presidente, que a prudência neste momento é muito importante. Entendemos que há um impasse entre o Judiciário e o Executivo, não queremos discutir estas questões aqui pelo acordo que foi feito - poderíamos perfeitamente fazê-lo - mas estamos querendo respeitar o Regimento e um acordo que foi firmado.

Portanto, faço um apelo a Vossa Excelência e a todos os Senhores Deputados: vamos manter a calma, vamos manter o equilíbrio e vamos nesse momento, respeitar aquilo que foi combinado na reunião de Lideranças.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, em prejuízo das "Questões de Ordem" anteriores, a "Questão de Ordem" que ponha à apreciação de Vossa Excelência e dos demais Deputados, é que em consideração a manifestação que fez Sua Excelência Deputado Erondy Silvério, Líder da Bancada do PTB, como também a de outros Líderes, que Vossa Excelência pudesse convocar nova reunião das Lideranças, reapreciar a "Questão de Ordem", que consiste na abertura do direito de palavra, e isso sem prejuízo do dispositivo que tem o Regimento Interno.

As manifestações todas havidas até agora, caminham no mesmo sentido, creio que a decisão das Lideranças naquele momento foi correta. Vivíamos os primeiros momentos de uma crise grave aberta no Estado do Paraná. Os ânimos estavam acirrados e não tínhamos nenhum indicativo de solução para aquela crise.

Portanto, se Vossa Excelência puder reunir novamente os Líderes de Bancada e decidir de modo diverso do modo como se decidiu na última reunião, para que a partir da próxima segunda-feira pudéssemos ter a abertura dos debates. Creio que os debates não se darão como se dariam essa semana e será possível haver o pronuncia-

mento das diversas forças políticas nessa Casa, será possível ter decisão diversa sem prejuízo da necessária prudência na condução que deve ter a Assembléia Legislativa.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Só para concordar com a posição do Deputado Bona Turra, quando levanta a questão de Vossa Excelência voltar a se reunir com as Lideranças. Eu não estava presente, não sou Líder de Partido, não sei qual o acordo feito entre as Lideranças, mas subentende-se que houve um acordo e está sendo rompido neste momento. Mas acho que o Plenário é soberano e que ninguém pode tirar o direito dos Deputados aquilo que eles desejam quando já estamos num período de convocação extraordinária.

A Oposição tem seus direitos, a Situação tem seus direitos. Se o desejo da Oposição é dizer o que a imprensa do Paraná já publicou, apenas iremos ouvir aquilo que o Paraná e o Brasil inteiro conhecem: a cassação do Governador do Paraná no famoso "caso Ferreirinha".

E apenas numa questão de consenso, é cada Deputado ter ouvidos para ouvir aqueles que vão falar da tribuna, e não vejo nenhuma razão para cassar os direitos.

Mas Vossa Excelência sabe que a liberdade não pode ser cerceada, aqueles que aqui querem utilizar da tribuna desta Casa...

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Na última segunda-feira representei o PTB na reunião de Lideranças. Ficou acertado que na segunda, terça e quarta-feira não se usaria a palavra, e na quinta-feira se usaria a palavra.

Senhor Presidente, o que peço a Vossa Excelência agora, que o Senhor não assuma a decisão sozinho, que o Senhor passe ao Plenário, que use a sabedoria de Salomão e passe e divida com todos os Deputados desta Casa a responsabilidade de se ter a palavra ou não. Não está sendo quebrado nenhum acordo. O acordo foi firmado até a data de quarta-feira. Vejam bem, como disse o Deputado Manfrinato, se uns querem falar e outros não, que se fale, porque acredito que as manifestações somente serão levadas a público como já foram levadas nos últimos dias.

Por isso peço ao Deputado Orlando Pesutti: faça com que o Plenário decida. Não assumo essa culpa sozinho, porque senão o Senhor vai ser culpado mais uma vez por atos e palavras que o Senhor não disse.

O SR. KIELSE CRISÓSTOMO (Pela Ordem) - Queria, com satisfação, registrar a presença dos Prefeitos do Extremo Noroeste: Prefeito de Nova Aliança do Ivaí, Pre-

feito Irineu - Prefeito de Guaraçá, Prefeito Álvaro; Prefeito de Terra Rica, Doutor Mário Rogério.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, parece-me que a proposta do Deputado Bona Turra contempla mais ao interesse da maioria dos Senhores Parlamentares. Vamos votar a pauta de hoje e se Vossa Excelência quiser, pode nos convocar - às Lideranças - e faremos logo a seguir uma nova reunião junto com a Presidência, e decidiremos os destinos a partir de segunda-feira.

Estamos abertos para essa convocação e para esse diálogo.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o PDT também lamenta essa situação toda, porque entende que até o Governador cassado ontem teve direito de fazer discurso em frente ao Palácio Iguaçu.

Mas a minha "Questão de Ordem", Senhor Presidente, - e peço a atenção dos Senhores Parlamentares para que possamos entender direito a situação de hoje com relação ao Governo do Estado do Paraná, para que a Assembléia não passe também o atestado de acomodamento até, para não dizer outra palavra, Senhor Presidente.

(Lê):

"Desde o último dia 20, Estado do Paraná está sem Governador. O Senhor Roberto Requião, conforme o disposto na relação nº 80/93, do Tribunal Regional Eleitoral, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 20 de julho, está cassado, embora se reconheça-lhe o direito de lutar para reverter essa decisão. O Senhor Mário Pereira estava ocupando o Governo com base no Decreto Legislativo nº 01/93, que autorizou o Governador Requião a viajar aos Estados Unidos e ao Equador. O Decreto, entretanto, permitia tal substituição apenas entre os dias 10 e 20 deste mês, prazo portanto encerrado há dois dias. Diante da decisão do TRE, e até que a sentença seja modificada, o Senhor Mário Pereira deve exercer o mandato executivo, com uma condição fundamental: que compareça a esta Casa para tomar posse no cargo de Governador, conforme o disposto no artigo 54, inciso 9º da Constituição do Paraná: Compete privativamente à Assembléia Legislativa dar posse ao Governador e ao vice-Governador.

Estou levantando esta questão de ordem porque, pela Constituição, nosso Estado está sem Governador e se o vice-Governador não vier tomar posse nesta Casa, conforme o artigo 85, parágrafo 1º quem tem que tomar posse é o Presidente desta Casa.

A partir de hoje todos os atos do Senhor Mário Pereira são inteiramente ilegais.

Ele não é - oficialmente - Governador do Estado nem vice-Governador no exercício do cargo de Governador. Quais as providências que a Assembléia está tomando para sanar essa grave situação?"

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, essa preocupação do Deputado Algaci Túlio também foi a nossa preocupação e a preocupação de S.Exa. o vice-Governador, Mário Pereira - hoje Governador em exercício.

Foi feita uma consulta ao Presidente do TRE e foi confirmado que apenas um ofício do Senhor Governador Mário Pereira confirmando a posse - uma vez que ele já estava no exercício do cargo no Palácio Iguaçu - seria o suficiente e já estaria homologado praticamente a posse do vice-Governador Mário Pereira no Palácio Iguaçu, uma vez que ele já havia sido diplomado e já havia tomado posse na qualidade do vice-Governador, juntamente com S.Exa. o Governador Roberto Requião na época da sua posse.

Portanto, nós não vemos e não entendemos como necessária a preocupação do Deputado Algaci Túlio, uma vez que esse assunto já foi esgotado diretamente com a assessoria do Palácio Iguaçu e a Presidência do TRE.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a última "Questão de Ordem" do Deputado Algaci Túlio, é fácil esclarecermos e o próprio artigo 85 da Constituição do Estado nos traz.

Todos sabemos que a impugnação pesou apenas sobre o Governador Roberto Requião. O vice-Governador Mário Pereira não teve seu cargo impedido até porque para isso, respaldou-se numa liminar concedida pelo Tribunal Superior Eleitoral. Portanto, o vice-Governador está no pleno exercício das suas funções e nestas condições informou a esta Casa que permanecia no cargo de Governador em exercício enquanto perdurar o impedimento do Governador.

O SR. ALGACI TÚLIO - Não entro no mérito do vice-Governador, nem digo que ele não tem direito de assumir o Governo. Entendo que, da mesma forma como ocorreu com o Presidente da República Fernando Collor, o vice-Presidente Itamar Franco foi ao Congresso tomar posse. Acho que o foro legítimo de posse do Senhor Governador é esta Casa, caso contrário então, a partir de agora o Tribunal Regional Eleitoral passa a dar posse aos futuros Governadores. Caso contrário, entendo que V.Exa., para orgulho desta Casa, é o Governador do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Depu-

tado Algaci Túlio, sem querer aqui nos colocar na condição de jurista, mas há que se entender que no caso federal houve uma renúncia e, portanto, ocorreu naquele momento a figura jurídica de vacância do cargo - não impedimento. Não existia mais o cargo.

O Governador Roberto Requião está impedido. Tem recursos aos tribunais superiores que poderão lhe devolver a função de Governador. E, portanto, não cabe ao vice-Governador Mário Pereira, no nosso entendimento até que nos provem o contrário, vir aqui para tomar posse no cargo de Governador que ainda não está vago. Ele ainda é o Governador do Estado do Paraná e isso será definido em definitivo pelos Tribunais Superiores.

As "Questões de Ordem" anteriores, a Mesa entende que, em atenção somente ao que disse o Deputado Rosinha, neste momento estamos utilizando como segunda instância de decisão de julgamento, o colegiado de Líderes desta Casa. Em primeira instância a Mesa, o Presidente. Em segunda instância o colegiado de Líderes. Foi por isso que nos reunimos na segunda-feira e hoje, e a maioria dos Líderes manteve a decisão de segunda-feira de que não deveríamos abrir a palavra a não ser acerca da votação da Ordem do Dia.

Diante disso, mantemos a nossa decisão de não conceder a palavra. Mas em atenção também a sugestão do Deputado Bona Turra convocamos as Lideranças para uma reunião no gabinete da Presidência logo após encerrada a sessão, para que possamos deliberar sobre como funcionará o Plenário da Assembléia a partir de segunda-feira.

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 2291/93, subscrito pelo Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 22 do corrente mês, em função de compromissos em sua Região. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente, comunicando que na semana próxima, estará ausente desta Casa, em virtude de estar tratando de assuntos junto às Prefeituras Municipais de sua Região. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei Complementar n° 150/92, de autoria do Deputado Dalton Machuca, que altera a redação da Lei Complementar n° 58, de 16.07.91, que estabelece o regime fiscal das microempresas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A.I.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. DOUTOR ROSINHA - (Pela Ordem) - Voto contrário da Bancada do PT.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 112/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a reverter imóvel ao patrimônio do município de Xambrê, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. **Aprovado. (Publ. no D. A. n° 30, de 08.04.91).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 112/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 112/91, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, visa autorizar o Poder Executivo a reverter ao patrimônio do Município de Xambrê, as datas n° 18 e 19, da Quadra 24, com área de 900,00 metros quadrados, situadas na Comarca e Cidade do mesmo nome.

Tal iniciativa decorre do fato de o Governo do Estado do Paraná não ter demonstrado interesse em construir - no citado imóvel - a Cadeia Civil, para cuja finalidade o referido lote foi doado ao Poder Público Estadual, pela Lei n° 461/70, de 14 de julho de 1970, conforme certidão anexa.

Assim sendo, manifesto-me favoravelmente à autorização de reversão ao patrimônio do Município de Xambrê, do terreno em questão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 112/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Nilton Barbosa, o presente plano de Lei visa autorizar o Poder Executivo a reverter ao patrimônio do Município de Xambrê, as datas n°s 18 e 19, da quadra 24, com área de 900,00 metros quadrados, situadas na comarca e cidade do mesmo nome.

Em análise a referida matéria, verificamos que o Governo do Estado não demonstrou interesse em construir no imóvel citado, que foi doado ao Município de Xambrê, a delegacia local, para o referido imóvel que foi doado ao Município, conforme a Lei n° 461, de 14 de julho de 1970, conforme certidão em anexo.

O Município necessita dispor da área para abrigar unidades administrativas, de forma a viabilizar a execução de projetos administrativos da administração atual.

Isto posto, somos de parecer FAVORÁVEL à autorização da reversão da doação ao Município de Xambrê, do terreno em questão, para que a diretrizes administrativas daquele Poder não sofram prejuízos irrecuperáveis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 534/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que isenta de ICMS veículos, máquinas e equipamentos adquiridos pelas Prefeituras Municipais do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Com SUBSTITUTIVO GERAL DA C.F. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 156/91, de 26.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 534/91

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Senhor Deputado Lourenço Fregonese, objetiva autorizar o Poder Executivo isentar de ICMS, veículos, máquinas e equipamentos adquiridos por Prefeituras Municipais do Estado do Paraná, na forma que especifica.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposta, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Assim sendo, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela tramitação do plano de lei em tela.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 534/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Lourenço Fregonese, visa isentar de ICMS, veículos, máquinas e equipamentos adquiridos pelas Prefeituras Municipais do Estado do Paraná.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos aspectos legal, constitucional e regimental.

Assim sendo, esta Comissão de Finanças, oferece seu parecer favorável à normal tramitação nos demais órgãos desta Casa, na forma da Emenda Substitutiva Geral

anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE
Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI N° 534/91

Art. 1° - O art. 1° do Projeto de Lei n° 534/91, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a isentar do ICMS os seguintes veículos utilitários: caminhões, caminhonetes, tratores, retroescavadeiras, patróis, pás-carregadeiras, rolos compactadores e similares, suas peças, seus acessórios e implementos, máquinas de um modo geral, destinadas a obras, bombas, britadeiras e outras com seus motores e equipamentos diversos adquiridos pelas Prefeituras Municipais do Estado do Paraná".

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03.12.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE
Presidente e Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 039/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, autorizando o Poder Executivo Estadual, a reduzir até 7% o ICMS incidente na comercialização de pedra-brita e areia, utilizadas na construção de moradias populares no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. (Publ. no D.A. n° 08, de 02.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 039/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 039/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, autoriza o Poder Executivo a reduzir até 7% o ICMS incidente sobre a comercialização de pedra brita e areia utilizadas na construção de moradias populares.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental, não existem óbices à normal tramitação da matéria, sendo que opinamos pela sua aprovação.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 39/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Toti

Colaço, o Projeto de Lei nº 39/93, ora sendo examinado por esta Comissão de Finanças, autoriza o Poder Executivo a reduzir até 7% (sete por cento) o ICMS incidente na comercialização de pedra brita e areia, utilizadas na construção de moradias populares no Estado do Paraná.

A iniciativa estaria eivada de vício, por invadir as prerrogativas exclusivas do Senhor Governador do Estado, elencadas na Constituição Estadual, no entanto, ao se considerar o cunho meramente autorizatório do projeto, nosso parecer é pela Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.04.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) - Senhor Presidente.

Quero registrar que o Projeto do Deputado Toti Colaço, tem o objetivo elogiável e vai mais ou menos na mesma linha do que foi estabelecido, autorizado pela Assembleia na redução dos produtos da cesta básica, que posteriormente o IPARDES veio apurar de que na verdade não houve um repasse ao consumidor desse benefício.

Então, vamos votar favorável hoje, e amanhã apresentaremos uma emenda.

A nossa emenda basicamente procura garantir que essa redução do ICMS seja repassada ao mutuário e vamos vincular, portanto, essa redução aos programas oficiais do Estado, aos programas elaborados pelas Prefeituras, pelos demais agentes promotores, associações de moradores, cooperativas, sindicatos etc., que construam casas populares e que será conseguido mediante apresentação da nota fiscal e do projeto aprovado pelo Conselho Estadual de Habitação, que foi recentemente criado pela Assembleia, abrindo-se daí crédito, uma devolução do ICMS pelo Estado. Com isso asseguramos de fato de que essa redução seja aplicada exclusivamente aos objetivos que ela se propõe.

A idéia do projeto é boa, mas entendemos que há que se criar esse mecanismo para que efetivamente essa redução do ICMS beneficie o mutuário e não como houve infelizmente na cesta básica, ficou revelado que os atravessadores acabaram se apropriando da redução do ICMS, não trazendo nenhum benefício ao consumidor e também não trazendo nenhum benefício à sociedade.

Então esse será basicamente o teor da emenda de aperfeiçoamento ao projeto que iremos apresentar amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto.

Aprovado.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Primeiro, para anunciar a presença do Deputado Federal Pedro Tonelli, que se encontra entre nós.

Segundo, para dizer a Vossa Excelência e aos demais Líderes que, em função de compromisso assumido anteriormente, a Bancada do PT não se fará presente na reunião das Lideranças, porque o Deputado Ovídio Constantino necessitou viajar para o interior e o Deputado Ernani e eu já temos compromissos assumidos.

Por último, para dizer a todos os Senhores Deputados que o acordo feito pelas Lideranças, nós estamos cumprindo - o acordo não rezava as explicações pessoais.

Portanto, Vossa Excelência não quer que nenhum dos Senhores Deputados se inscreva; o Regimento Interno permite isso.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimento nº 2605, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Aprovado.

A Presidência concede a palavra ao Deputado Algaci Túlio, para dar conhecimento à Casa da carta aberta do Conselho da Mulher Executiva da Associação Comercial do Paraná.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Lê):

"CARTA ABERTA DO

CONSELHO DA MULHER EXECUTIVA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ

O Conselho da Mulher Executiva, da Associação Comercial do Paraná, vem, pelo presente, concitar os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e demais representantes do Governo do Brasil, a pesarem suas responsabilidades diante da aterradora crise sócio-econômica vivida pelo povo brasileiro e ante a situação especialmente preocupante da parcela significativa do empresariado do País.

As mulheres representam hoje, no Estado do Paraná, um terço de seu empresariado e, no Brasil, quase quarenta por cento de sua força no trabalho. Estas mulheres não podem mais suportar o constrangimento ao desenvolvimento econômico e social do País.

As mulheres executivas exigem, para o empresariado brasileiro, condições para que possa este continuar contribuindo para a integridade e desenvolvimento justo do Brasil, através de um trabalho sem o sócio não desejado que é o Estado. Estado que recebe e pouco faz na retribuição ao povo

brasileiro: educação, saúde, moradia, segurança, transporte, previdência...

O Estado cobra das empresas, com juros e correção monetária e administra com ineficiência a aplicação dos recursos.

Com a mesma força moral e espiritual, que leva a mulher a construir a humanidade, queremos participar da luta em defesa da nacionalidade e das instituições. Porque, da mesma forma que a mulher consegue cumprir suas atividades domésticas zelando por seus filhos e pela integridade de seu lar, e ainda, com a força de seu trabalho, contribuir, digna e responsabilmente, para a prosperidade econômica do País, sente-se ela no direito de exigir do Governo brasileiro o cumprimento de medidas que possam reverter a situação caótica e desesperadora em que se encontra o Brasil.

Neste momento se faz urgente a revisão da política fiscal, que hoje massacra o empresário, impede o aumento de arrecadação, corrói o faturamento da empresa, provoca o desemprego e gera a crise social.

SENHORES GOVERNANTES, é premente a necessidade de leis imediatas, que:

1. reduzam o número de impostos e a margem das alíquotas;
2. revejam os prazos para pagamentos de impostos;
3. reavaliem a política de indexação da economia;
4. disciplinem a aplicação dos impostos, fazendo com que os valores arrecadados retornem aos seus fins legais e sociais.

SENHORES GOVERNANTES, as Mulheres Executivas não querem fugir de suas responsabilidades e nem a desejada inadimplência. Por isso, usando o nosso bom senso e sinceridade, afirmamos que a carga exagerada de tributos fiscais, onera e sacrifica o empresariado brasileiro, e mais do que isso, a indignidade, a falta de seriedade, a malversação e a má administração do dinheiro público, é que estão sobrecarregando a Nação brasileira, tornando seu povo miserável e sua economia inviável.

Só com a justiça é que podemos servir a Pátria sem esmorecimento e sem vacilações. Porque ela é o atributo característico da superioridade moral do homem. Mas, não pode haver moral sem Deus, sem respeito e sem dignidade.

SENHORES GOVERNANTES, os posicionamentos das Mulheres Executivas do Paraná não são novos e nem apenas delas - refletem o anseio de toda a sociedade - mas nós os renovamos e abraçamos com a força de nosso entusiasmo, esperança e fé no amanhã do Brasil, com a coragem de mulheres empresárias, trabalhadoras e mães, que somos.

Curitiba, julho de 1993.

(aa) REGINA CÉLIA R. A. ZANCHI
Presidente do Conselho da

Mulher Executiva

GLAUCIO J. GEARA

Presidente em exercício da
Associação Comercial do Paraná"

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas gostaria de fazer um convite aos Senhores Deputados e Digníssima Deputada.

Iniciamos ontem em Cianorte a EXPOVEST/93, e nos sentiríamos muito honrados com a presença dos Senhores Deputados em Cianorte. Cianorte é a "Capital do Vestuário" do Paraná, possuindo 178 indústrias no ramo têxtil.

Quero comunicar Vossa Excelência que estarei ausente na reunião de segunda-feira, uma vez que Cianorte realiza as festas alusivas ao seu aniversário, e estaremos participando da cerimônia cívica.

Muito obrigado.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

A nota lida pelo Deputado Algaci Túlio será inserida nos Anais da Assembléia. Gostaria de fazer alguns reparos, uma vez que vão constar dos Anais, com a anuência do PT.

Primeiro, solicita na nota aos Senhores Governantes que reduzam o número de impostos e a margem das alíquotas.

Os números de impostos no Brasil devem ser exagerados, mas significam simplesmente 20% do Produto Interno Bruto, enquanto países como a Suécia, chegam a 51%; países como o Japão e Estados Unidos, ficam acima de 30%; portanto, não diz respeito ao excesso de impostos a questão da calamidade.

A nota não diz respeito à sonegação de impostos, que 50% dos impostos no Brasil são sonegados. Portanto, é necessário que se faça cumprir e pagar os impostos aqueles que devem.

Diz que devem reavaliar a política de indexação da economia. Concordamos plenamente, mas indexando principalmente o salário, que é aonde o trabalhador tem sofrido a maior perda nos últimos anos.

A nota não diz respeito em nenhum ponto, da grande perda que tem tido o trabalhador. Só a reposição atrasada como vem hoje, a cada quatro meses, significa uma perda de cerca de 60% de um reajuste para o outro, para o poder de compra dos trabalhadores. É necessário que isto seja constatado.

Esses são pontos que deu para constatar durante a leitura. Teríamos outras discordâncias e quero também que fique registrado que essa é a posição do PT.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Quero, Senhor Presidente, registrar aqui a presença dos Vereadores Ademir Alves, Joa-

quim Freitas e Carlinhos Vera, do município de Laranjeiras do Sul, que vieram ontem trazer a sua solidariedade em nome da população de Laranjeiras do Sul, ao nosso Governador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência registra com satisfação também, a presença entre nós, do Prefeito de Ivaiporã, do Prefeito de São João do Ivaí e do Prefeito de Palmital.

Informa esta Presidência também aos Senhores Deputados, que na próxima segunda-feira estará respondendo pela Presidência - e possivelmente na terça-feira também - o nosso 1º vice-Presidente, Deputado Hermas Brandão, tendo em vista que estaremos participando - ao lado do Deputado Manfrinato - dos festejos alusivos ao aniversário de Cianorte, além de outros com-

Curitiba, quinta, em 22.07.93

promissos de ordem pessoal e inadiáveis que temos no interior, razão pela qual estaremos ausentes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 112/91, 534/91 e 039/93.
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 040/93, 043/93 e 127/93.

Levanta-se a sessão.